

Câmaras de Direito Empresarial do TJ-SP dão segurança aos negócios



Nos anos 800 — na época do imperador romano Carlos

Magno — monarcas e imperadores entraram em confronto com a Igreja Católica. Mais especificamente em relação à isenção de tributos. A partir de então, até o século 17, começou a tradição de contratar grupos de advogados para dar conselhos financeiros e políticos às partes em litígio.

Embrião do que passou a se chamar “think tanks”, ou laboratórios de ideias, esses conselhos evoluíram como centros de reflexão e formulação de soluções. A linha de frente da produção de ideias, tradicionalmente, foi ocupada por escolas, fundações, institutos e entidades privadas como a FGV.

No hiato intelectual que se vive, o vácuo que se abriu convidou protagonistas disponíveis para o papel. O advogado [Walfrido Warde](#), por ousadia ou pretensão, entrou em campo com essa disposição. Ao mesmo tempo em que atraiu para as fileiras do Warde Advogados notáveis como Valdir Simão, Leandro Daiello, entre outros, criou o [Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresas](#), já promoveu 77 eventos com os principais nomes do pensamento econômico, político e jurídico do país.

Na série que passa a ser publicada aqui, a **ConJur** espelha uma sequência de 11 debates concebidos para analisar os oito anos de jurisprudência produzida pelas Câmaras de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Experiência única no país, essas câmaras, nas palavras de Warde, deram mais segurança ao ambiente de negócios em São Paulo. Tornaram-se um atrativo para empresas e investidores — já que a segurança jurídica é, sabidamente, fator de desenvolvimento de qualquer economia. “É um seminário aberto e contínuo”, diz Warde para se referir ao fato de que as palestras são franqueadas pela internet e devem se prolongar por pelo menos mais 15 eventos.

Clique [aqui](#) para visitar a página de abertura da série “**Oito anos de jurisprudência das Câmaras Empresariais**”

Date Created

14/10/2019